

DA PROVÍNCIA DO SÉCULO XIX À METRÓPOLE DO SÉCULO XX: UMA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO URBANO E CULTURAL DA CIDADE DE SALVADOR (1950-1970)

Thiago Barboza de Oliveira Coelho¹

Resumo: Na década de 1950, a capital baiana apresentou uma série de mudanças que repercutiriam de forma incisiva no campo cultural e urbanístico, tornando esta cidade um dos polos propagadores de cultura de vanguarda no país. O presente trabalho visa investigar como a cidade de Salvador vivenciou estas transformações e como estas se consubstanciaram nos espaços públicos de socialização, os quais foram essenciais para profusão cultural na cidade.

Palavras-chave: Salvador, Espaços Públicos, Desenvolvimento Cultural.

Introdução

Em meados do século XX, o Brasil vivenciou um momento emblemático da sua história, quando em todo país presenciava-se um esforço dos setores intelectuais e políticos em empreender um projeto nacional de desenvolvimento. Surgiram, então, diversas correntes de pensamento que traçavam caminhos distintos para a superação dos problemas sociais e do atraso econômico brasileiro, constituindo um grande debate nacional em torno da construção do futuro do país. Entender o Brasil e propor novas perspectivas para realidade brasileira foram questões fulcrais das décadas de 1950 e 1960.

¹ Graduado em História pela Universidade Federal da Bahia. Mestrando do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA. Bolsista da Coordenação para Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). tbocoelho@yahoo.com.br



Inserida nesse impulso de reflexão sobre a conjuntura da sociedade brasileira, a cultura apresentou-se como um importante instrumento de transformação social, estabelecendo-se como um meio difusor de questionamentos sobre temas sociais, políticos e ideológicos. Tratava-se de momento de grande efervescência, quando as diversas manifestações artísticas e culturais se tornaram importantes plataformas de discussão sobre a realidade brasileira.

Além deste espírito reflexivo que rondava a intelectualidade, a cultura e a política brasileira, observou-se que as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por intensos processos de industrialização e urbanização. Sob a égide do desenvolvimentismo, o perfil da sociedade brasileira se transformava de agrário-exportador para industrial. Como consequência disso, os centros urbanos também passaram por processos de transformações, tais como reestruturação de suas infraestruturas e aumento da população urbana.

Em compasso com estas mudanças, a partir dos anos de 1950, Salvador experimenta um período de efervescência desenvolvimentista, impulsionada pelo projeto modernizador que vem perpassando todo território nacional. Até então a cidade conservava seu notório aspecto provinciano, cultivando seu clima bucólico e seu caráter tradicional. Salvador passaria por uma série de transformações que repercutiriam de forma incisiva no campo cultural e urbanístico, tornando esta cidade um dos polos propagadores de cultura de vanguarda no país.

Desenvolvimento e Cultura na Cidade da Bahia

Até o início da década de 1950 a cidade de Salvador conservava em boa medida as estruturas sociais, econômicas e infraestruturais herdadas de séculos anteriores. Seu desenvolvimento ao longo da primeira metade do século XX mostrou-se deveras moroso. Podemos tomar como um exemplo dessa afirmação os dados referentes ao crescimento populacional da capital baiana no período. Em 1900, Salvador conta com uma população de 205.813 habitantes. Já em 1940 a cidade detém a cifra de 290.443 habitantes, apresentando, portanto, um crescimento populacional de aproximadamente 29,13% em 40 anos. Trata-se de um baixo índice de crescimento demográfico, que se destaca quando se observa que entre 1920 e 1940, Salvador teve o crescimento vegetativo anual de apenas 0,2%, o que a torna a capital com o menor índice de

crescimento populacional em todo país neste período. Em contrapartida, no intervalo entre 1940 e 1950 Salvador apresenta uma taxa de crescimento significativo, aumentando em quase 70% sua população, que chega a 417.235 habitantes ao final deste decênio.²

Acompanhando o ritmo de crescimento de sua população, Salvador pouco muda em termos urbanísticos neste mesmo período. De fato, a falta de planejamento acerca do crescimento populacional acaba agravando os problemas infraestruturais da Cidade da Bahia, tais como deficiência no saneamento básico, má iluminação de vias públicas e ruas estreitas. A fim de estabelecer medidas para solucionar tais problemas a prefeitura de Salvador contrata no ano de 1942 o engenheiro Mário Leal Ferreira, para o estabelecimento de um plano para o desenvolvimento urbano da cidade, o que resultaria na criação do Escritório do Plano Urbanístico da Cidade de Salvador (EPUCS) em 1943. No entanto, em decorrência de uma morte prematura em 1947, Ferreira não verá concluso o fruto do seu trabalho, que sofrera diversos atrasos em suas obras. Em 1948 o EPUCS é fechado, dando lugar à Comissão do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador (CPUCS) que continuará com as obras do antigo plano. Somente na década de 1960 as obras serão concluídas, garantindo principalmente uma significativa reformulação no sistema viário da cidade graças à abertura de novas avenidas. Vale ressaltar que este plano de urbanização nunca foi divulgado pela prefeitura, tornando-se “privilegio de poucos” e suscitando todo tipo de impressão:

Evidentemente um plano de que só uns poucos privilegiados tomaram conhecimento ou não foi feito para ser levado a sério, não foi feito para ser executado, ou então sua divulgação seria inconveniente. De qualquer forma esse plano não foi assumido pelo governo municipal.³

No campo econômico a situação baiana mostra-se ainda mais preocupante. A Bahia até meados do século XIX mantinha-se entre os mais importantes polos econômicos do Brasil. No primeiro momento do processo de desenvolvimento da indústria nacional, o recôncavo baiano era pioneiro na produção têxtil, detendo em seu território 56% das fábricas de tecido do país, no ano de 1866.⁴ No entanto este

² Fonte IBGE.

³ VILLAÇA, Flávio. “Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil”. In: DEAK, Csaba; SCHIFFEER, Sueli (Org.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: FUPAM: EDUSP, 1999. P. 210.

⁴ SPINOLA, Noel Dantaslé. “A Economia Baiana”. In: *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Disponível em <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/download/106/110> Acessado em 18/09/2010. P. 93.

pioneirismo para por aí. Com a crise da agroindústria baiana – principal base de sua economia – em decorrência de fatores como a queda dos preços e a retração das exportações de seus principais produtos da sua policultura, a economia do estado adentra o século seguinte não apenas estagnada, mas em claro processo involutivo. Esta situação perdurará por longos anos:

[...] a participação da Bahia no total da indústria nacional, apurada no Censo de 1920, em capital aplicado (3,5 %), força motriz (4,0%), operários (5,7%) e produção (2,8%), caiu no censo de 1940 para, respectivamente, 1,9; 2,3;3, e 1.3 %.⁵

Como podemos ver, ao contrário dos estados do Centro-Sul – que apresentavam um crescimento gradativo do setor industrial em sua economia –, a Bahia não acompanhara a dinamização do sistema capitalista promovida pelo governo federal no período estadonovista e, posteriormente, na presidência de Eurico Gaspar Dutra.⁶ A falta de planejamento, por parte da União, das políticas para o desenvolvimento industrial e o jogo político das classes dirigentes são apontados também como motivos que levaram a Bahia a perder o bonde da industrialização:

A reorientação estatal, sob Vargas, passou ao largo de Salvador e sua interlândia. Mas não podemos nos esquecer, aqui, de duas coisas. A primeira é que a elite dirigente baiana foi contrária à movimentação que levou Vargas ao poder. A segunda é que a Revolução de 30 não trazia uma política industrial clara, sistematizada, de modo que a expansão do setor seguiu seu curso próprio, “espontâneo”, na área onde já se estabelecera.⁷

Estas questões relativas aos problemas enfrentados pelo estado no campo econômico intrigaram por muito tempo alguns intelectuais baianos. Estes buscaram explicações para iluminar este quadro, denominado na época pela expressão “Enigma Baiano”. Nomes como Rômulo Almeida, Clemente Mariani, Pinto de Aguiar e outros, debruçaram-se sobre esta questão. Analisando a obra destes intelectuais, percebemos o estabelecimento de uma série de diagnósticos que, apesar de diferirem entre si em certos aspectos, apresentam diversos pontos em comum, tais como: dependência do mercado externo, escassez de poupança, poucas oportunidades investimento. Da mesma forma,

⁵ ALMEIDA, Rômulo. “Traços da História Econômica da Bahia no último Século e Meio” In: *Planejamento*. Salvador, 5 (4), p. 19-54, out/dez, 1977. P. 43.

⁶ MARIANI, Clemente. “Análise do Problema Econômico Baiano” In: *Planejamento*. Salvador, 5 (4), p. 55-121, out/dez, 1977.

⁷ RISÉRIO, Antônio. *Uma história da Cidade da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal, 2004. P.462.

as propostas desses autores a fim de solucionar tal “Enigma” também norteavam-se para um elemento comum: a industrialização. Segundo o economista e ex-secretário das finanças da prefeitura de Salvador, Pinto de Aguiar:

O fato de termos, segundo parece, um subsolo riquíssimo pode, por exemplo, propiciar a instalação de uma cadeia de empresas básicas em torno das quais se desenvolva uma constelação de indústrias subsidiárias e complementares.⁸

De fato os apelos à tecnocracia apresentariam resultados concretos. Iniciativas como a construção da Companhia Elétrica do Vale do São Francisco (CHESF) em 1945, a fundação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em 1952, a criação da Petrobrás em 1953 – esta incorporará a Refinaria Landulfo Alves, que começara a ser construída em 1949 – e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959, possibilitaram uma mudança radical nas dinâmicas socioeconômicas vividas pelo estado da Bahia e sua capital.

Passada a primeira metade da centúria de novecentos, tudo vai começar a mudar. O panorama será completamente diferente. Sim: a partir da década de 1950, a Bahia irá ingressando - progressiva, mas decisivamente – na dança do capitalismo moderno. Na expansão nordestina do movimento industrial brasileiro. Basicamente, por dois caminhos: a criação do setor petrolífero em nossa economia e a política de isenção do Governo Federal, via Sudene – às quais se aliam, de resto, nossos primeiros gestos de planejamento econômico estadual. Assim, a Cidade da Bahia e seu Recôncavo se viriam envolvidos num processo de “redefinição espacial” da economia brasileira (...)⁹

Sob o impacto destas mudanças econômicas, observa-se também, na década de 1950, a transformação do cenário sociocultural de Salvador. Um espírito de renovação abrange diversos círculos sociais da cidade. Presencia-se um afã em busca da superação do caráter provinciano da capital no sentido de alcançar um novo momento de modernidade e desenvolvimento. Salvador, que era a cidade do passado e das tradições, quer agora ser também a cidade do futuro e da inovação.

A tão sonhada mentalidade do desenvolvimento atingia a Bahia. Ou ao menos, um segmento expressivo de sua sociedade. Talvez já se pudesse falar da incipiência de uma indústria cultural entre os baianos. Pensava-se em criar um teatro baiano e um mercado de artes plásticas; acreditava-se na possibilidade de

⁸ AGUIAR, M. Pinto de. “Notas sobre o Enigma Baiano”. In: *Planejamento*. Salvador, CPE, 5 (4), p. 123-136, out/dez 1977. P.131.

⁹ RISÉRIO, Antônio. *Uma história da Cidade da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal, 2004. P. 513

estruturação de um polo cinematográfico; inauguravam-se bares, restaurantes e boates requintados; finalmente, a chegada da televisão, ao lado da modernização dos antigos meios de comunicação e do surgimento das primeiras agências de publicidade, viria a coroar um desenvolvimento cultural nos moldes industriais. Ver televisão, frequentar cinemas, teatros e museus, jantar fora, conversar em barzinhos, dançar em boates, enfim, uma vida social intensa apontaria para a chegada da modernização à velha cidade da Bahia.¹⁰

Conforme explicitado, a nova conjuntura sociocultural se refletiu na rotina dos soteropolitanos, transformando a forma que estes se relacionam com a cultura e com o lazer. A agitação cultural tomou o centro da cidade. Neste período, a Rua Chile é o mais importante ponto de socialização da capital baiana, tornando-se núcleo de confluência de intelectuais e artistas. O Café das Meninas, a Sorveteria Cubana, o Restaurante Bar Cacique, as Pastelarias Peres, Alameda e Triunfo, a Livraria Civilização Brasileira, entre outros estabelecimentos comerciais, tornaram espaços de acalorados debates e de difusão da cultura. A vida cultural e boêmia se irradiava pela Av. Sete de Setembro, Campo Grande e Largo Dois de Julho. Nesta ambiência, firmava-se o fluxo de informações e de trocas culturais que foi tão relevante para a consolidação deste novo momento cultural.

Inserido neste contexto, observa-se a emergência de um movimento editorial que irá agitar os círculos intelectuais soteropolitanos desde o final da década de 1940 até meados 1960. Como marco deste movimento, observa-se o lançamento, em 1948, da revista “Cadernos da Bahia”. Fundada por um ativo grupo de artistas plásticos, músicos, literatos e intelectuais que não encontraram espaço na imprensa convencional, dado forte academicismo e tradicionalismo destes meios de comunicação¹¹, esta publicação preconizava valores políticos libertários e pró-democráticos. Tal empreendimento fora fruto do esforço de Vasconcelos Maia, Cláudio Tuiuti, Darwin Brandão e Wilson Rocha, agregando diversos artistas e intelectuais baianos como Mário Cravo, Maria Célia Amado, Rubem Valentim, Ligia Sampaio, Walter da Silveira e outros. Além da produção dos periódicos, este grupo desempenhou diversas outras atividades no campo cultural da cidade, como o patrocínio de edições de livros, a realização de exposições e leilões de artes plásticas, desenvolvimento da crítica literária e cinematográfica¹².

¹⁰ CARVALHO, Maria do Socorro Silva. *A nova onda baiana: cinema na Bahia (1958-1962)*. Salvador: EDUFBA, 2002. pp. 52-53.

¹¹ RUBIM, Albino *et al.* *Salvador nos anos 50 3 60: Encontros e desencontros com a Cultura*. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/download/3104/2218>. Acessado em 13/07/2010. P. 3

¹² OLIVEIRA, Paulo César Miguez de. *A organização da cultura na “Cidade da Bahia”*. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Comunicação. Salvador, 2002. P. 187-188

Não podemos deixar de ressaltar também a relevância da revista “Mapa” nesta conjuntura. Criada em 1957, esta publicação reflete a importante participação dos estudantes neste processo de efervescência cultural. A “Mapa” originou-se do mesmo grupo de estudantes secundaristas que integravam a “Jogralescas” (grupo de teatro que promoveram dramatizações de diversos espetáculos de cunho político e social entre 1956-57), contando com nomes como Glauber Rocha, Paulo Gil Soares, Fernando da Rocha Peres, João Carlos Teixeira Gomes, Lina Gadelha, Carlos Anísio Melhor, Angelo Roberto, Sante Scaldaferrri, Calasans Neto e outros. A publicação dos periódicos foi ainda patrocinada pela Associação Baiana dos Estudantes Secundaristas. Outra publicação criada por estudantes que merece destaque é a revista “Ângulo” (1950), constituída pelos discentes da Faculdade de Direito, iniciativa do Centro Acadêmico Ruy Barbosa. A publicação continha além de artigos jurídicos, ensaios, contos, poemas, críticas e resenhas de livros, e contou também com a participação da “geração Mapa” em seu corpo editorial.

A “Livraria e Editora Progresso” também se destaca neste contexto. Dirigida por Pinto de Aguiar, a “Progresso” teve expressão nacional, publicando obras de ciências sociais, filosofia, ensaios literários, romances e poesia nacional e internacional. Entre os autores que tiveram obras publicadas, vale ressaltar os nomes de Orlando Gomes, Wilson Lins, e Nelson Sampaio. Em convênio com a UFBA editou ou reeditou obras clássicas a preço acessível ao público. (Ludwig, P.69)

Além do ânimo editorial que movimentou a cena intelectual soteropolitana, percebe-se que as mudanças culturais foram muito mais amplas. Na realidade, o que se destaca neste período é que Salvador é tomada por um momento de grande efervescência, tornando-se polo aglutinador de manifestações culturais. Um importante fluxo de interações entre artistas e intelectuais nacionais e internacionais se estabelece nesta capital, constituindo um ambiente auspicioso para movimentos culturais de vanguarda.

Um elemento fundamental para ilustrar o processo de evolução da cena cultural baiana é a Universidade da Bahia, fundada em 1946. Durante a gestão de Edgar Santos, que se manteve na reitoria de 1946 a 1961,¹³ a Universidade vai atuar como peça chave no desenvolvimento de uma série de iniciativas que iram renovar o quadro cultural da Cidade da Bahia. As recém-fundadas Escola de Música, Belas Artes e a Escola de Teatro, vão enriquecer significativamente o quadro artístico da Bahia.

¹³ Entre 1952 e 1954, Edgar Santos ocupará o cargo de Ministro de Educação do Governo Vargas. Retornando a reitoria da UFBA logo após o suicídio de Getúlio, em 1954.

Não obstante, vale ressaltar que nesse período a universidade vai funcionar como instituição que proporcionará atração de uma vanguarda intelectual nacional e internacional. Edgar Santos será responsável por trazer à Bahia grandes nomes do meio acadêmico e artístico, que promoverão um importante intercâmbio de conhecimento, o qual colocará a Bahia em papel de destaque no cenário cultural internacional, tais como Lina Bo Bardi, Agostinho da Silva, Hans Koellreuter, Yanka Rudzka, Martin Gonçalves e outros.

Com a chegada destes importantes expoentes da vanguarda artística e intelectual, nacionalmente e internacionalmente reconhecidos, observa-se um importante processo de interação entre as redes e circuitos culturais soteropolitanos já estabelecidos com as informações trazidas por esta “avant-garde” que chega a Bahia na segunda metade do século XX.

(...) a modernidade estético-intelectual teve, em terras baianas, uma rede de irrigação mais vasta e emaranhada, passando por bares, cursos, clubes de cinema, suplementos jornalísticos, etc. Para melhor entender essa circunstância da história da cultura na Cidade da Bahia e seu Recôncavo, devemos levar em conta dois processos fundamentais – e simultâneos. De uma parte, o entrelaçamento da cultura boêmia e da cultura universitária. (...) De outra parte, ocorreu o que costumo definir nos termos de uma dialética entre a informação cosmopolita e a realidade local. Uma dialética entre o cosmopolita e o antropológico. Entre a vanguarda europeia e a cultura popular.¹⁴

A inauguração do Museu de Arte Moderna da Bahia, em 1960, também se constituiu como marco deste novo momento da cultura baiana. Surgido do esforço de intelectuais e artistas baianos, que buscavam promover as artes plásticas contemporâneas no estado e fomentar o surgimento de uma arte brasileira autêntica, o MAMB desenvolveu importantes iniciativas, como o Museu de Arte Popular e a Escola de Desenho Industrial e de Artesanato. Dirigido pela renomada arquiteta italiana Lina Bo Bardi e com parceria com a Universidade da Bahia, o MAMB será decisivo para formação de uma geração de jovens artistas, que se tornarão conhecidos internacionalmente, como Mario Cravo, Calasans Neto e Sante Scaldasferri.

Ainda no campo das artes plásticas, cabe destacar a importância da Galeria Oxumaré. Primeira galeria de arte de Salvador, esta permaneceu em atividade entre 1950-60, com endereço no passeio público nas dependências cedidas pelos Diários Associados. Dirigida pelo poeta Carlos Eduardo da Rocha, “a galeria foi um importante

¹⁴ RISÉRIO, Antônio. *Uma história da Cidade da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal, 2004. P. 529.

espaço para divulgação da arte contemporânea e da criação de um mercado de arte da Bahia”¹⁵. Suas vernissages eram pontos de encontro de artistas e intelectuais que vinham conhecer obras de artistas renomados como Pancetti, Portinari, Goeldi, Di Cavalcanti, Nilton Dacosta, Raimundo Oliveira e Carybé. (Ludwig, P.90)

O vento da inovação também soprou para a dramaturgia da Bahia, que vivenciou um momento de grande agitação no período estudado. Além da já citada “Jogralescas” que movimentaram a cena teatral baiana na década de 1950, observou-se o surgimento do Grupo Teatro dos Novos, em 1964, com uma proposta de vanguarda. O Grupo apresentava espetáculos que refletiam a ideia de um teatro livre, dando especial atenção à cultura regional nordestina. Uma das mais importantes consequências deste grupo é fundação do Teatro Vila Velha. A atuação do grupo não se resumia apenas à dramaturgia, também abrangendo a promoção exposições de artes plásticas, literatura de cordel, shows de música popular. No que se refere à música, é importante lembrar que nomes como Caetano Veloso, Maria Betânia, Gal Costa surgiram neste contexto.

Cabe aqui ressaltar algumas, dentre muitas, implicações do golpe civil-militar que acometera o Brasil em 1964. A Bahia, similarmente ao que ocorre com as outras unidades federativas, sofre o impacto duramente desferido pelo movimento civil militar.

No campo da cultura, observa-se que a instituição da nova ditadura e recrudescimento do regime em 1968, com a promulgação do AI-5, afetaram profundamente o cenário cultural soteropolitano que vinha emergindo fortemente. Em face a este novo paradigma político, toda uma geração de artistas e intelectuais ver-se-á obrigada a se deslocar das terras baianas, seja por conta da perseguição política praticada pelo regime, seja para buscar novos espaços e mercados para sua atuação.¹⁶ Assim, os circuitos culturais que haviam se consolidado em Salvador e que apresentavam notável efervescência são bruscamente desarticulados. A produção cinematográfica decai vertiginosamente. A cena teatral baiana também é fortemente afetada. A UFBA deixa de desempenhar seu forte papel de promoção cultural, tendo em vista que o Regime Militar passa a nomear reitores que não compartilham do mesmo entendimento de Edgar Santos sobre o papel cultural a ser desempenhado pela universidade.¹⁷

No entanto, é importante frisar que apesar da crise do setor cultural enfrentada por Salvador, e do ocaso da “renascença baiana”, a cidade não imerge em um período

¹⁵ RUBIM *et al.* *Op Cit.* P. 36

¹⁶ OLIVEIRA, *Op Cit.* P. 206

¹⁷ RUBIM *et al.* *Ibid.* P.57

de vazio cultural com a chegada dos anos 70. Espaços como o já citado Teatro Vila Velha, a Jornada de Cinema da Bahia, o Instituto Cultural Brasil-Alemanha (ICBA) e outros, vão se estabelecer como pontos fulcrais para a resistência cultural de Salvador. Segundo a pesquisadora Izabel Melo:

A partir destes três espaços destacados, [...] configurou-se durante os “vazios” anos 70 novas maneiras de concepção, diálogo e construção de cultura que ressignificaram, reapropriaram ou por vezes tentaram romper com as premissas da “renascença”.¹⁸

Diante desta explanação, é possível constatar que as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por grande agitação cultural na capital baiana, que se tornou um foco de irradiação de cultura de vanguarda graças a criação de redes culturais que envolviam artistas e intelectuais locais, nacionais e internacionais.

As Intervenções do Estado no Campo Cultural

Para compreender as transformações culturais vivenciadas pela capital baiana no período estudado, é indispensável o exame das políticas culturais¹⁹ implementadas pelo Governo do Estado da Bahia. A intervenção do poder público estatal teve grande relevância na cena cultural da cidade de Salvador, ao fomentar o desenvolvimento deste campo, inclusive através de investimento na consolidação de espaços urbanos destinados a promover a cultura. Desta maneira, buscamos aqui empreender uma análise da participação do governo da Bahia no processo de desenvolvimento da cultura na cidade de Salvador. O fundamental nesta exposição é entender o papel dos órgãos oficiais neste ambiente de efervescência, demonstrando a dialética existente entre estes órgãos e as diversas expressões artísticas que agitaram o cenário baiano em meados do século XX.

¹⁸ MELO, Izabel de Fátima Cruz. “Cinema é mais do que filme”: uma história do cinema baiano através das Jornadas de Cinema da Bahia. Salvador: UFBA / Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009. PP. 87-88.

¹⁹ Compreende-se aqui política cultural como programa de intervenções realizadas pelo Estado com o escopo de garantir o direito à cultura dos cidadãos, através da promoção e o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Assim, podemos definir a política cultural como o conjunto de iniciativas planejadas e executadas por agentes públicos, no sentido de fomentar a produção, a difusão e o gozo da cultura, a tutela do patrimônio histórico e cultural, além da preservação das manifestações da cultura popular e de seus bens simbólicos.

Esse impulso em prol da cultura ocorreu a partir do governo de Otávio Mangabeira (1947-1951) com a criação do Departamento de Ensino Superior e Cultura (DESC), órgão ligado à Secretaria de Educação, que ficou a cargo do educador Anísio Teixeira. A maior realização de Teixeira foi a criação do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, cuja obra foi concluída em 1962. Vale a menção de que os murais decorativos da escola foram deixados a cargo dos, ainda não famosos, artistas plásticos Mário Cravo, Carybé, Maria Célia Calmos e Carlos Magano. Destaca-se ainda no governo de Mangabeira a construção do Teatro Castro Alves, do Fórum Ruy Barbosa e a implementação de reformas no teatro do Instituto Normal e no Teatro Guarani. O governo possibilitou também a realização de concertos com artistas de renome internacional encabeçados pela Sociedade de Cultura artística da Bahia, bem como a realização dos Salões Baianos de Belas Artes, que perduraria até o ano de 1956.²⁰

No entanto, os governadores seguintes (Régis Pacheco, Antônio Balbino e Juracy Magalhães) não seguiriam a tendência de Mangabeira de apoio ao campo artístico e cultural, deixando de lado o estabelecimento de iniciativas voltadas para estes campos.²¹ Estas seriam retomadas somente a partir do governo de Lomanto Júnior em 1963 – que apoiou a primeira Bienal de Artes Plásticas da Bahia e criou o Museu Regional de Feira de Santana – e do governo de Luís Vianna Filho (1967).

A gestão de Luís Vianna Filho (1967-1971) empreende uma reforma administrativa na gestão do campo cultural. Visando recuperar a dinâmica do antigo Departamento de Cultura, no período em que este estava sob a direção de Anísio Teixeira, o governo do estado promulga em 1967 a Lei nº 2.464²² que criará o Conselho Estadual de Cultura (CEC) e a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. A criação do CEC reflete a iniciativa da criação do Conselho Federal de Cultura, instituído em 1966 pelo governo de Castelo Branco.

É importante ressaltar a relevância do estabelecimento do Conselho Estadual de Cultura, pois este fora o primeiro órgão público do estado da Bahia destinado exclusivamente para discussão e deliberação de diretrizes referentes ao campo cultural. Até este momento, a gestão desta área encontrava-se vinculada ao campo da educação. Com atribuição consultiva e normativa, o CEC constitui-se como um órgão colegiado

²⁰ LUDWIG, Selma Costa. *Mudanças na Vida Cultural de Salvador 1950 - 1970*. Salvador: UFBA / Dissertação de Mestrado, 1982.

²¹ Destacamos uma exceção referente ao governo de Juracy Magalhães que outorga em 1959 a lei que criará o Museu de Arte Moderna da Bahia (MAMB).

²² Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/85722/lei-2464-67-bahia-ba>. Acessado em 02/10/2010 às 21h34min.

no qual se debatia os rumos das políticas culturais que seriam implementadas através do DESC.

De acordo com o artigo 36 da Lei nº 2.464, seria da competência do CEC: propor medidas em defesa e conservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado; propor medidas e modificações que visem à expansão e preservação das artes, ciências e letras; opinar sobre a concessão de auxílio às instituições culturais.

Sob a égide do CEC e do DESC, observou-se a constituição de diversas iniciativas no campo cultural nos anos que seguiram. Neste sentido, destaca-se a criação da Biblioteca Central no bairro dos Barris e realização da II Bienal de Artes Plásticas em 1968. Essa segunda edição da Bienal foi bastante emblemática, pois, em decorrência do AI-5, além de ter sido fechada, também culminou nas prisões de Juarez Paraíso e de Luís Henrique Dias Tavares, que na ocasião era secretário do DESC.

Como dito anteriormente, no decorrer das décadas de 1950 e 1960 o governo do estado da Bahia, mesmo que com certa instabilidade,²³ buscou constituir políticas públicas voltadas para a cultura. Todavia, como podemos observar nos exemplos citados, a maior parte dessas políticas culturais voltaram-se principalmente para o estabelecimento do patrimônio edificado e também de alguns determinados segmentos das expressões artísticas, notadamente as artes plásticas. Pouco se fez, em termos de políticas públicas, pelo cinema e audiovisual além do Concurso de (roteiros) de Cinema e do Festival de Cinema Brasileiro da Bahia.²⁴

Assim, como alternativa a ausência de políticas culturais membros da sociedade civil buscaram propor iniciativas visando o desenvolvimento da cinematografia na Bahia. Tal atitude possibilitou que, no final dos anos 50, a Bahia se tornasse um polo efervescente de produção, atividades e estudos sobre a sétima arte. Segundo escreve o historiador e crítico francês, George Sadoul, no jornal *Les Lettres Françaises*, a Bahia teria se constituído na Meca do cinema neste período.²⁵

²³ Uso o termo “instabilidade” tomando como base a ideia das três “tristes tradições” – “ausência” e “autoritarismo” seriam as outras duas – referentes ao histórico das políticas culturais no Brasil, conforme teoriza o pesquisador Antônio Albino Canelas Rubim. Ver: RUBIM, Albino. “Políticas Culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios.” In: RUBIM, Albino e BARBALHO, Alexandre. *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007, pp. 11-36.

²⁴ Festival realizado no ano de 1968 através de parceria da Associação de Críticos Cinematográficos da Bahia e do Departamento de Turismo da Prefeitura de Salvador, em comemoração ao cinquentenário do jornal *A Tarde* através de parceria da Associação de Críticos Cinematográficos da Bahia. Apesar do êxito alcançado, o Festival sofreu com dificuldades relativas à divulgação fora do estado. Ver: GOMES, Paulo Emílio Salles. *Suplemento literário*. Vol. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 427.

²⁵ SETARO, André. Bahia Cinema 65-71 - Nascimento do Surto Contracultural. *Revista da Bahia*. vol. 32, nº 25, 1997, p. 21.

Este processo de efervescência cinematográfica está ligado diretamente a atuação do advogado e crítico de cinema Walter da Silveira. Silveira constituiu-se como uma das figuras de maior influência no desenvolvimento do cenário cinematográfico da Bahia. Dentre as diversas atividades idealizadas por Silveira para o campo do audiovisual destaca-se a fundação do Clube de Cinema da Bahia, que se constitui como um ambiente essencial para efervescência no debate, estudo e produção fílmica, tornando Salvador um polo difusor de cultura cinematográfica de vanguarda, que teve no Cinema Novo sua representação mais marcante. Este trabalho pioneiro foi decisivo na formação de um novo grupo imbuído de um espírito renovador, desejoso por contestar a vigente ordem cultural. Este grupo composto por personalidades do panorama cultural, tais como Glauber Rocha, Orlando Senna, José Umberto Dias e outros, estavam no cerne do movimento cinemanovista.

Conclusão

Conforme explicitado ao longo deste trabalho, a década de 1950 se destacara como um período de grande desenvolvimento para o Brasil, nas mais diversas áreas. Salvador, que até então encontrava-se estagnada, também vivenciaria este momento singular. Investimentos na economia e na infraestrutura urbana da capital baiana, aliada a um crescimento exponencial de sua população e a implementação de iniciativas adotadas pelo governo do estado da Bahia no campo cultural, possibilitará que a capital baiana se destacasse como um polo difusor de cultura de vanguarda no país, cargo até então ocupada quase que exclusivamente pelos estados do sudeste.

Novos e antigos espaços urbanos se tornaram núcleos essenciais na ambiência cultural de Salvador. No mapa da efervescência cultural soteropolitana, locais como a Rua Chile, Teatro Castro Alves, Av. Sete de Setembro, Campo Grande, a UFBA, Museu de Arte Moderna, dentre outros, tornaram-se pontos de convergência de um intenso fluxo de informações e de trocas culturais, possibilitando o surgimento de movimentos artísticos e culturais de extrema relevância. Assim, Salvador destacou-se nacionalmente e internacionalmente, atraindo a atenção de artistas e intelectuais de renome.

Bibliografia

AGUIAR, M. Pinto de. “Notas sobre o Enigma Baiano”. In: *Planejamento*. Salvador, CPE, 5 (4), p. 123-136, out/dez 1977 (ed. Original 1958).

ALMEIDA, Rômulo. “Traços da História Econômica da Bahia no último Século e Meio” In: *Planejamento*. Salvador, 5 (4), p. 19-54, out/dez, 1977.

CARVALHO, Maria do Socorro Silva. *A nova onda baiana: cinema na Bahia (1958-1962)*. Salvador: EDUFBA, 2002.

GOMES, Paulo Emilio Salles. *Suplemento literário*. Vol. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

LUDWIG, Selma Costa. *Mudanças na Vida Cultural de Salvador 1950 - 1970*. Salvador: UFBA / Dissertação de Mestrado, 1982.

MARIANI, Clemente, “Análise do Problema Econômico Baiano” In: *Planejamento*. Salvador, 5 (4), p. 55-121, out/dez, 1977.

MELO, Izabel de Fátima Cruz. “Cinema é mais do que filme”: *uma história do cinema baiano através das Jornadas de Cinema da Bahia*. Salvador: UFBA / Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

OLIVEIRA, Paulo César Miguez de. *A organização da cultura na “Cidade da Bahia”*. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Comunicação. Salvador, 2002.

RISÉRIO, Antônio. *Uma história da Cidade da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

RUBIM, Albino *et al.* *Salvador nos anos 50 3 60: Encontros e desencontros com a Cultura*. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/download/3104/2218>. Acessado em 13/07/2010.

_____. “Políticas Culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios.” In: RUBIM, Albino e BARBALHO, Alexandre. *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007.

SETARO, André. Bahia Cinema 65-71 - Nascimento do Surto Contracultural. *Revista da Bahia*. vol. 32, nº 25, 1997

SPINOLA, Noel Dantaslé. “A Economia Baiana”. In: *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Disponível em: <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/download/106/110> Acessado em 18/09/2010.

VILLAÇA, Flávio. “Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil”. In: DEAK, Csaba; SCHIFFEER, Sueli (Org.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: FUPAM: EDUSP, 1999.